

ALCA, INSTRUMENTO DO IMPÉRIO

LUIZ BASSEGIO

«Grito dos Excluídos Continental», Brasília, Brasil

A Alca, assim como os demais tratados, não é um acordo comercial, mas projeto estratégico de anexação do país ao território norte-americano. Ninguém melhor que o General Colin Powel, para definir os reais objetivos da ALCA: “O nosso objetivo com a Alca é garantir para as nossas empresas o controle de um território que vá do Pólo Ártico até a Antártida, e livre acesso, sem nenhum obstáculo ou dificuldade, de nossos produtos, serviços, tecnologia e capital em todo o hemisfério”. Ou seja, vale o que é bom para eles. Os mandamentos que valem nesta “nova ordem” mundial são estes: *«quem pode mais chora menos; faça o que eu digo mas não faça o que eu faço; agora é a luta do bem contra o mal e quem não está comigo está contra mim e escreveu não leu, o pau comeu»*. Na verdade, o que vale é: «o que é meu, é meu; o que é seu, é negociável».

Para garantir isto, toda e qualquer barreira deve ser eliminada como leis trabalhistas, movimentos grevistas, e toda política pública que impeça as empresas norte-americanas de concorrerem livremente, nos mais variados setores, inclusive na educação e saúde. A tal ponto que elas poderão, segundo o capítulo 11 da ALCA, processar os governos que colocarem algum empecilho.

1. O que é a ALCA?

Área de livre comércio é aquela em que os países que a compõem eliminam os obstáculos ao livre comércio em pelo menos 85% de seu intercâmbio. Isto significa que cada país poderá colocar medidas de proteção em apenas 15% de suas transações comerciais. Os acordos estabeleceram que as negociações estariam concluídas até 2005. Até lá, todos os obstáculos tarifários e não-tarifários deverão ser eliminados. Neste tratado, não há nenhum tratamento preferencial para as empresas dos países em desenvolvimento, sendo, portanto, ainda mais favoráveis aos interesses das mega-empresas multinacionais em todos os seus setores. Além disto, os EUA querem preservar uma relação de 300 produtos «sensíveis», sobre os quais deverão continuar as tarifas, para defender os seus produtos.

Nos 34 países que comporiam a ALCA, há uma população de 800 milhões de pessoas com um PIB de 11,3 trilhões de dólares. A distribuição deste PIB, é totalmente assimétrica: O PIB dos EUA representa 79% do total; Canadá 5,9%; Brasil 4,7%; México 4,2% e a

Argentina 2,51%. As economias dos demais países são insignificantes em relação à dos EUA.

Nas negociações internacionais, os EUA querem obter para seus produtos, os mesmos padrões de produção que vigoram lá. No caso do suco de laranja e do tabaco por exemplo, a proteção chega a 300%. Desde a aprovação do TPA (negociação rápida) o governo dos EUA tem autoridade para impor salvaguardas. Bush sancionou a Lei Agrícola, liberando um subsídio de 180 bilhões de dólares para a agricultura. Significou um aumento de 75% nos subsídios que eles não querem que coloquemos nos nossos produtos agrícolas. Nossas exportações de frutas e vegetais sofrem com a burocracia na tramitação de processos fito-sanitários. Estudos revelam que os nossos 15 principais produtos exportados para os EUA são taxados, na média, em 45,6%; já sobre os 15 principais produtos deles que o Brasil importa, incidem taxas de apenas 14,3%. A lógica que vale é a deles. Querem que a ALCA vá além da OMC, no que lhe interessa. Quando, porém, os países latinos querem ir além da OMC, para derrubar as proteções dos EUA aos produtos agrícolas, aí eles alegam que não cabe discutir isso.

Caso seja implantado o tratado assim como está, especialmente o capítulo 11, nossos países perderão sua autonomia e ficarão impossibilitados de fazer políticas públicas; seria renunciar à capacidade de fazer políticas próprias e à possibilidade de nossos países pensarem e articularem um projeto nacional próprio.

Há muitas razões para ser contra a ALCA: vai concentrar mais renda e poder nas mãos das multinacionais estadunidenses; vai retirar os direitos trabalhistas e precarizar as condições de trabalho; desintegrará a cultura própria de cada povo, pela pressão homogenizadora da mídia global; afetará a agricultura familiar e a segurança alimentar dos povos; destruirá o meio ambiente; a biodiversidade da Amazônia será monopolizada por suas empresas; subordinará as necessidades das pessoas ao jogo do mercado; privatizará ainda mais os serviços públicos; acelerará a desnacionalização da economia dos países e a quebra das médias e pequenas empresas; implicará perda da soberania nacional e autodeterminação dos Estados-Nações e vai impor o dólar como moeda.

Para o capital não haverá fronteiras, e para o trabalhador não haverá possibilidades de mobilidade.

As mercadorias produzidas com salários de fome circulam, mas os trabalhadores, não. Prova disto é o muro existente entre o México e os EUA com mais de 3 mil km.

As exportações dos EUA para a AL passarão de 60 bilhões de dólares ao ano para 200 bilhões. 80% dos empresários brasileiros não terão condições de competir com as empresas dos EUA. Além disto, setores vitais como a educação, saúde, meio ambiente, bancos comerciais e de investimento, seguros, e até mesmo a previdência serão dominados pelos seus monopólios.

Se abrírmos nossas fronteiras para os produtos altamente subsidiados pelo governo dos EUA, nossos pequenos e médios produtores serão, mais uma vez prejudicados, acentuando ainda mais o êxodo rural e a emigração para o exterior. O domínio da agricultura por empresas de sementes transgênicas é outro risco, uma vez que não poderemos, dentro da legislação da Alca, rejeitar produtos geneticamente modificados.

A possibilidade de que empresas multinacionais desrespeitem a lei brasileira é grande, visto que, a Alca dará o direito dessas empresas processarem o governo brasileiro caso seus lucros sejam ameaçados por qualquer legislação nacional. As empresas poderão até processar o governo por lucros futuros não obtidos devido a greves, ou falta de energia ou de matéria prima.

Vamos tomar, por exemplo, o México. Em oito anos de vigência do Nafta, o país apresentou dados de surpreendente crescimento, que são usados para advogar os possíveis benefícios da ALCA. Os investimentos estrangeiros passaram de 3 para 11 bilhões de dólares anuais. Na implantação de novas indústrias foram criados 6 milhões e 200 mil novos empregos. As exportações mexicanas triplicaram neste período, tornando o México a 8ª potência exportadora. O preço interno dos grãos, especialmente do milho, diminuiu em 45%. Nesses anos, verificou-se um aumento anual de 1,74% do PIB. Por estes dados, poderíamos concluir que o Nafta foi um maná caído do céu, que veio salvar o povo mexicano.

Mas, existe o outro lado desta moeda, que revela a face trágica de um tratado que foi feito para favorecer o interesse das grandes corporações, que instalam filiais no México para “maquiar” seus produtos, aproveitando os baixos salários dos trabalhadores, e aumentando seus lucros com as exportações.

Se é verdade que foram criados 6 milhões de novos empregos nas indústrias maquiadoras, não podemos ignorar que é maior o número de empregos perdidos pela falência de muitas pequenas indústrias ou pela diminuição drástica de componentes fabricados no México, dado que as maquiadoras importam quase todos os seus

implementos do estrangeiro. Além disto, 48% dos novos empregos não cumprem com as obrigações legais.

Neste período, verificou-se uma violenta desnacionalização da indústria mexicana. Antes, os produtos exportados tinham um índice de 91% de nacionalização. Agora, só 37%. Algumas indústrias maquiadoras só 2,8%. É muito pouco mexicano o que o México exporta. Mesmo tendo aumentado três vezes as exportações, o México acumulou um déficit de 38 bilhões de dólares em importações. Isto é, às custas do México, as corporações lucraram bem, tanto com as exportações dos seus produtos como com a importação dos componentes, pouco se importando com a situação do povo mexicano.

Mas a situação pior é vivida pelos agricultores, que viram o mercado inundado com o milho vindo dos EUA, a preço inferior ao custo de sua produção local, por causa dos grandes subsídios do seu governo para os seus produtores. O México, que vive de “tortilhas”, já não produz mais milho necessário para fabricá-las. Não podendo competir com a agricultura ianque, o preço do milho foi caindo. Em 1985, o milho valia 1.239 pesos a tonelada; em 1993, 513 pesos e, em 1999, 428. Os insumos (sementes, por ex.) passaram a custar 63% mais.

Perdeu sua soberania alimentar. Até para comer depende dos EUA. E os agricultores mexicanos vão engrossar a fila dos miseráveis nas cidades. O que salta aos olhos de todos no México é o evidente empobrecimento da população, enquanto as grandes corporações faturam alto com a exploração do trabalho mexicano.

O México não tem condições de competir com o império ianque. Enquanto nos EUA, o PIB per capita é de 30.600 U\$, no México é de apenas 4.400 U\$; são 179 milhões de hectares de terras aráveis contra 27 milhões; são 1.484 tratores a cada mil trabalhadores no campo contra 20; é a produção de 8,55 tonelada de milho por hectare, contra 2,50; é o segundo país em competitividade contra o quinquagésimo primeiro.

Toda essa disparidade trouxe conseqüências para o México também na migração. Os trabalhadores do campo são os que mais sentem as conseqüências, já que, sem condições de competir, sem alternativas de sobrevivência e sem trabalho, são obrigados a migrar, neste caso, para os EUA. Já é bastante conhecido o fluxo migratório do México para os EUA. O número de emigrantes sem documentos passou de 200 para cerca de 300 mil por ano. Também da Nicarágua para Costa Rica. Em só 5 anos emigraram para Costa Rica cerca de 600 mil nicaraguenses, o que representa o 20% da população economicamente ativa da Costa Rica. Caso a Alca seja aprovada, aumentarão ainda mais as migrações.